

A OUTRA FACE DA SUPERACUMULAÇÃO CAPITALISTA: superexploração do trabalho e dependência

WAGNER PERES BRAGA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

A OUTRA FACE DA SUPERACUMULAÇÃO CAPITALISTA: superexploração do trabalho e dependência

1 Introdução

O processo de superacumulação capitalista se configura de diversas maneiras no mundo. O padrão de desenvolvimento capitalista diferencia os países centrais e periféricos por meio da especialização produtiva. As diferenças dos países na participação do comércio internacional, através da oferta de produtos altamente tecnológicos ou pelo fornecimento de matérias-primas, acentuam a desigualdade entre eles. Esses aspectos perpassam pela forma como as organizações lidam com o desenvolvimento tecnológico e os trabalhadores.

As relações sociais de produção estabelecem distinções entre os possuidores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. A partir da concepção expressa na teoria do valor-trabalho, Marx (2014) discorre sobre o processo de produção de mais-valia. Um resgate histórico sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista demonstra os conflitos inerentes a este modo de produção, especialmente nas relações entre países centrais e dependentes.

As teorias organizacionais retratam, majoritariamente, o ponto de vista da classe dominante, a fim de atingir seus objetivos: elevar a produtividade e obter a cooperação dos trabalhadores. Desse modo, as teorias das organizações têm uma visão positivista do processo de criação de valor, de produção de riqueza, de crescimento econômico e, por conseguinte, de extração de valor. Entretanto, esquecem de observar aspectos que tangem os trabalhadores, como questões sobre desigualdade social e precarização das condições de vida e trabalho. Esses pontos se tornam mais latentes quando comparamos países em diferentes estágios de desenvolvimento. Assim, destacamos os reflexos que o processo de superacumulação capitalista promove, sobretudo nos países da América Latina na constituição de um capitalismo dependente.

Este artigo tem como objetivo, então, demonstrar a face negativa que as teorias organizacionais promovem: a superexploração do trabalho e dependência. Partimos do pressuposto de que o elemento de superexploração do trabalho é parte constituinte do processo de superacumulação capitalista, tanto nos países centrais quanto nas economias dependentes. Nos primeiros, a superacumulação decorre da transferência de valor oriundo dos países dependentes. Nas economias periféricas, a superexploração do trabalho garante altas taxas de mais-valia, concentrando o capital. As teorias organizacionais, contudo, estão ligadas diretamente com o processo de superacumulação capitalista.

Destacamos dois momentos importantes para o estudo do processo de superacumulação capitalista: a crise de 1929 e a crise dos anos 1970. As crises econômicas desencadeadas nesses anos marcam as mudanças de paradigmas existentes. A primeira estabelece o modelo keynesiano-fordista, marcado pela intervenção do Estado na economia e produção e consumo em massa. Emerge o Estado de bem-estar social, propiciando um grande crescimento econômico nos países. Já a crise dos anos 1970 reflete o avanço da ideologia neoliberal, das políticas de austeridade fiscal e do estado mínimo.

O processo de superacumulação capitalista ocorre entre essas crises. Hobsbawn (2015) caracteriza esse período como os anos dourados do capitalismo, onde as economias tiveram crescimento significativo. No âmbito das teorias organizacionais, essas crises marcam a passagem da administração clássica, fordista, à administração flexível, toyotista.

Além desta introdução, dividimos o artigo em mais três seções. A segunda seção desse trabalho apresenta, em uma perspectiva histórico-analítica, o desenvolvimento dos processos produtivos e as teorias organizacionais que expressam e legitimam a dinâmica produtiva, associando-os ao contexto político, ideológico, econômico e sociocultural vigente. Destacamos as escolas da administração, relacionando-as com as estruturas organizacionais existentes. Além disso, abordamos a disputa entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria e as consequências para o mundo.

Na terceira seção, abordamos a inserção da América Latina como elemento fundamental no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, se incorporando de forma dependente. Marini (2011) aponta a lógica sistêmica das relações entre os países centrais e dependentes. O autor desenvolve o conceito de superexploração do trabalho, explicando a relação que constitui a dependência. Por fim, as considerações finais, apresentando as principais conclusões.

2 Antecedentes históricos ao processo de superacumulação capitalista

A emergência das teorias organizacionais, no final do século XIX e início do século XX, cujo objetivos são a elevação da produtividade do trabalho e a obtenção da cooperação dos trabalhadores, partem da teoria do valor-trabalho, onde o valor é oriundo do trabalho. Em *O Capital*, Marx (2014) define a grandeza do valor como “o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (Marx, 2014, p. 61). Isto é, o produto, criado pelo trabalhador a partir da divisão social do trabalho, possui seu valor de uso – utilidade – e seu valor de troca, quantificado em “valores de uso de espécies diferentes” (Ibid., p. 58), baseado no tempo de produção da mercadoria por um trabalhador.

O modo de produção capitalista necessita do aumento exorbitante da produção para geração de valor e, portanto, da mais-valia. O taylorismo possui grande importância no desenvolvimento do capitalismo, dados os incrementos científicos das técnicas de produção. Percebe-se, dessa forma, a questão ideológica da administração científica, ou seja, a finalidade que as técnicas produtivas implementadas possuem para o funcionamento do sistema (Souza Filho & Gurgel, 2016).

A publicação da obra *Princípios de Administração Científica*, de Frederick Taylor, em 1911, marca o início dos estudos da administração como ciência. Taylor (1982) afirma que o principal objetivo da administração deve ser assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado. Assim, aponta que a cooperação entre patrões e empregados na empresa levará ao aumento da produtividade e, por conseguinte, da prosperidade de ambos. A administração científica de Taylor, através dos estudos sobre o tempo e os movimentos dos operários na execução das tarefas, necessita do controle das técnicas de produção e do trabalhador, para que este não realize “vadiagem” durante a jornada de trabalho. Assim, há necessidade da seleção científica do trabalhador, onde “homens de primeira ordem”, isto é, operários com elevada produtividade são selecionados para execução de determinadas tarefas.

Também no início do século XX, em 1916, Henri Fayol publica o livro *Administração Industrial e Geral*, onde observa a empresa em todo seu processo, por meio das funções administrativas estudadas por ele: planejamento, organização, coordenação, comando e controle. Nesta obra, Fayol analisa as capacidades técnicas e administrativas da empresa, se preocupando com as atividades gerenciais. Dessa forma, desenvolve 14 princípios de

administração que tem como objetivo o bom funcionamento do corpo social, isto é, das pessoas na organização. (Fayol, 1986)

Henry Ford, empreendedor estadunidense, proprietário da Ford Motor Company, desenvolve o método científico de Taylor. De acordo com Moraes Neto (1986), “o fordismo é um desenvolvimento da proposta de Taylor; nada mais é do que a utilização de elementos objetivos do processo, de trabalho morto, para objetivar o elemento subjetivo, o trabalho vivo.” Ford consolida, então, o modo de produção capitalista com o sistema de produção em massa, por meio da linha de montagem.

A linha de produção, criada e implementada por Ford em sua companhia, coloca o trabalhador como parte da linha de montagem, onde a máquina estabelece o ritmo de produção. Souza Filho e Gurgel (2016) apontam que “a chave técnica da questão estava em impor um ritmo comum a todos os trabalhadores, que com operações muito simples, se colocavam na exata posição a que Marx denominou ‘apêndice da máquina’.” (Souza Filho & Gurgel, 2016, p. 96). Assim, verifica-se que Ford, por meio da linha de montagem, consegue a elevação da produtividade do trabalho.

Estabeleceu-se, então, três princípios básicos do fordismo: I) Produtividade; o aumento da produção, por meio de uma diminuição do tempo, mantendo a mesma qualidade do produto. II) Intensificação; redução do tempo de produção e venda do produto, observando o fornecimento de máquinas e equipamentos, realizando o lucro de forma mais rápida. III) Economicidade; a diminuição do custo de estoque, por meio de uma cadeia logística verticalizada, com controle direto do processo produtivo contribui, assim, para a redução do preço final do produto.

O processo de produção e circulação da mercadoria ocorre de maneira coordenada, rápida, a fim de diminuir o tempo de conclusão do ciclo de negócio, ou seja, de concretizar o círculo do dinheiro (dinheiro – mercadoria – mais dinheiro). Assim, a redução do nível de estoque é um aspecto relevante, tal como apontado no princípio da economicidade (Souza Filho & Gurgel, 2016).

As principais características do sistema fordista consistem na: I) produção em larga escala; II) padronização de bens; III) durabilidade. Essas características possibilitaram a redução no preço dos produtos e, por conseguinte, em um aumento da demanda. O sistema fordista tratava, também, de questões relativas publicidade, a educação corporativa e a disciplina. A Ford Motor Company adotava um rígido mecanismo de controle e repressão aos trabalhadores, desde suas formas organizativas coletivas (sindicatos, associações) até o controle da vida particular, em relação a bebidas alcoólicas, por exemplo.

Frederick Taylor, Henri Fayol e Henry Ford foram os três autores precursores do desenvolvimento teórico da administração. Suas obras tiveram relevância devido a aplicabilidade de suas técnicas e métodos nas empresas que trabalhavam ou eram proprietários. Ou seja, a implementação prática de suas ideias influenciaram outros industriais a seguirem seus métodos racionais no processo produtivo, elevando consideravelmente a produção.

2.1 Modelo keynesiano-fordista

É sob esse padrão de produção, decorrente da teoria econômica clássica, na máxima da Lei de Say, onde “toda oferta cria sua própria demanda”, juntamente as técnicas produtivas que possibilitaram um aumento excepcional na produção, que se instala a Crise de Superprodução no ano de 1929, iniciada nos Estados Unidos com a quebra da Bolsa de Nova York. A

insuficiência de demanda por um lado, e a superprodução de mercadorias por outro, não chegava ao equilíbrio preconizado na relação oferta x demanda. Instala-se a Grande Depressão (1929-1933), crise da teoria clássica econômica e crise do pensamento racionalista da administração.

A respeito da mudança de paradigma do pensamento político-econômico vigente, Hobsbawm (2015, p. 98) afirma “foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas”. A ausência de solução que ele se refere é o *laissez faire*, símbolo do liberalismo econômico, de deixar o mercado se autorregular. E complementa, “numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século.” (Hobsbawm, 2015, p. 99).

A crise de 1929, que perdurou nos anos seguintes, teve impacto diretamente no nível de emprego dos países. Nos Estados Unidos, antes da crise, o desemprego estava em média de 4% e cerca de 10% a 12% na Alemanha. Durante a Grande Depressão, especificamente nos anos de 1932-1933, o desemprego nos Estados Unidos era de 27% e na Alemanha chegou a 44%. Outros países se encontravam na mesma situação. O nível de desemprego reflete, assim, a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores desses países (Hobsbawm, 2015).

Nos países latino-americanos, onde as economias possuíam um padrão agrário-exportador, a Grande Depressão atingia diretamente suas balanças comerciais, devido a queda do volume das exportações. No Brasil, a produção de café, principal produto da economia, acompanhou o movimento de crescimento internacional, se expandindo até a crise de 1929. Sobre o crescimento da produção cafeeira, Furtado afirma que “entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento” (Furtado, 2012, p. 256). Com o aprofundamento da crise, a solução encontrada pelos cafeicultores foi a queima do café produzido, para evitar a queda nos preços.

A implementação do New Deal, plano econômico implementado nos Estados Unidos pelo presidente Franklin Roosevelt para superação da crise, a partir de 1933, proporcionava a intervenção do Estado na economia. Com objetivo de salvar o capitalismo de sua profunda crise, o economista inglês John Maynard Keynes propôs uma mudança no padrão estabelecido, por meio do Princípio da Demanda Efetiva (PDE). De acordo com Keynes,

Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real agregada aumenta, o consumo de agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda [...] Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante de investimento corrente (Keynes, 1996, p.62).

A intervenção do Estado na economia era proposta por Keynes como uma solução para a crise. Segundo Keynes (1996), o Estado deve criar condições favoráveis aos investimentos privados, por meio da elevação dos gastos públicos. O aumento dos gastos do governo gera, *per si*, uma demanda por empregos na economia. O crescimento do nível de emprego propicia, por sua vez, um aumento da renda das famílias, retomando, assim, o consumo de bens e serviços. A ampliação do consumo estimula, então, os empresários a produzirem. Essa lógica, onde a demanda agregada estimula a oferta agregada, é o PDE preconizado por Keynes.

A retomada do crescimento da economia estadunidense, tendo como base a ação de regulação estatal, mostrava que “a mão invisível de Smith e a Lei de Say (a oferta cria sua própria procura), bases da autorregulação, se revelavam instáveis e ineficientes periodicamente” (Souza Filho & Gurgel, 2016, p. 104). Esse novo padrão de desenvolvimento, baseado na intervenção do Estado na economia, juntamente com os métodos e técnicas de produção fordistas, possibilitou a consolidação do “modelo keynesiano-fordista, em grande medida responsável pelo longo período de prosperidade que transcorreu do pós-guerra até o final dos anos 1960. Ao modelo keynesiano-fordista, de composição essencialmente econômica (macro e micro), se acrescentou o Welfare State” (Souza Filho & Gurgel, 2016, p. 104).

Ressalta-se que a Grande Depressão não atingiu a União Soviética, país socialista que rompeu com o capitalismo durante a Revolução de 1917. Hobsbawm (2015) destaca a rápida industrialização decorrente dos Planos Quinquenais enquanto havia estagnação, recessão e desemprego nos países capitalistas. Hobsbawm (2015) afirma:

De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego (Hobsbawm, 2015, p. 100).

O modelo keynesiano-fordista associado ao Estado de Bem-Estar Social pode ser considerado como uma resposta ao socialismo implementado na União Soviética, dado o contexto internacional de Guerra Fria, de disputa das potências mundiais EUA e URSS, do capitalismo *versus* socialismo. O sistema capitalista necessitava de uma resposta social ao desenvolvimento social promovido na União Soviética. As políticas sociais de renda mínima, de empregos, saúde e educação públicas foram fundamentais para garantia de melhores condições de vida dos trabalhadores.

No Brasil, a década de 1930 se inicia com uma modificação na condução do país, na figura do presidente Getúlio Vargas, rompendo a política oligárquica até então vigente. O processo de industrialização do país, impulsionado pelo Estado, através de uma política nacional-desenvolvimentista, possibilita uma mudança estrutural na economia brasileira. A respeito dessa industrialização tardia no país, Oliveira (2003) afirma que “a solução do chamado ‘problema agrário’ nos anos da ‘passagem’ da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista” (Oliveira, 2003, pp. 42-43).

A partir de 1930, o Estado passa a ser o principal mobilizador do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, através do fomento das indústrias de base (Ianni, 2009). As duas grandes Guerras Mundiais e a Grande Depressão favoreceram a expansão da economia e a consolidação do capitalismo brasileiro. Os surtos industriais ocorridos neste período, o controle da luta de classes por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a regulação dos sindicatos, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e de todo aparelho burocrático do Estado proporcionou as condições de desenvolvimento do capitalismo nacional (Ianni, 2009).

O gradual processo de substituição de importações, verificado entre as décadas de 1930 e 1960, forma uma base industrial no Brasil. Ianni (2009) aponta os limites da política econômica nacionalista, que divide a grande burguesia industrial de origem brasileira favorável ao protecionismo estatal e a grande burguesia industrial internacional ligada ao setor de serviços

e de produção de bens de consumo duráveis. Ianni (2009) assinala que havia uma perspectiva que possuía “uma estratégia política destinada a organizar e expandir a economia do País com base na associação com o capitalismo mundial [...] Pode-se mesmo dizer que a estratégia de desenvolvimento associado correspondia a uma reelaboração da política de estilo tipicamente dependente” (Ianni, 2009, p. 136).

Percebemos que a política keynesiana de intervenção do Estado na economia ocorreu também no Brasil, onde o Estado possuiu fundamental importância para o desenvolvimento das forças produtivas e da indústria. Segundo Hobsbawm (2015), nos demais países latino-americanos, a Grande Depressão impulsionou a queda de partidos e governos e a ascensão de governos, em geral, mais intervencionistas. É o caso do Chile, do Peru e da Colômbia, sendo a última governada por “um presidente de mentalidade reformista muito influenciado pelo New Deal de Roosevelt” (Hobsbawm, 2015, p. 110).

No âmbito das teorias organizacionais, o período pós-Crise de 1929 significou a emergência da Escola das Relações Humanas (ERH). Em um contexto mais humanista, com crítica ao racionalismo científico vigente, surge as teorias comportamentais, que trata das relações interpessoais, do comportamento dos diversos agentes, das influências psicológicas, entre outros aspectos. De acordo com Gurgel e Rodriguez,

A emergência de ideias humanistas na administração, portanto críticas em relação ao modelo clássico, fazia parte de tantas outras mudanças (na economia e na política) geradas pela crise. Especificamente, o humanismo administrativo se devia à necessidade de encontrar novas formas, que não autoritárias ou materiais, para obter a cooperação dos trabalhadores, em ambiente de tensão, retração dos capitais e baixa remuneração (Gurgel & Rodriguez, 2014, p. 44).

O caráter ideológico da ERH possui um papel relevante na regulação do “proletariado rebelde” na recuperação do modo de produção capitalista após a Crise de 1929. A ideia de “democracia social”, de Barnard, foi incorporada nas empresas, impulsionando as gestões das organizações, com o propósito de obter a cooperação dos trabalhadores, incorporando suas demandas, por meio de um discurso de conciliação de classes (Gurgel, 2003).

A expansão dos gastos públicos na década de 1930, de acordo com os preceitos do modelo keynesiano-fordista, necessitava da expansão do aparelho burocrático do Estado, para sua efetivação. O avanço da burocracia no mundo, através do aparato jurídico-legislativo, em seus mais diversos âmbitos, como o trabalhista, o sindical, o regulatório, marca o aumento do tamanho do Estado nesses anos. A saber, nos Estados Unidos foram aprovadas a Lei de Seguridade Social e a Lei Wagner, esta última promovia a autonomia sindical (Gurgel, 2013).

O sistema de dominação que passa a vigorar, então, é o que Weber (1978) chama de racional-legal. Neste tipo de dominação, a legislação é a base de sustentação da dominação, esta realizada pelo aparelho burocrático do Estado. Os elementos constitutivos são de natureza política, realizados por meio do sistema representativo-democrático. Weber destaca, ainda, que “no tipo racional é questão de princípio que os membros do quadro administrativo devam estar completamente separados da propriedade dos meios de produção e administração” (Weber, 1978, p. 18). Destacamos, entretanto, que por trás das leis existe todo um poder econômico de quem elege os representantes do povo. Portanto, o sistema racional-legal institui uma burocracia a serviço dos interesses daqueles que detêm o poder econômico na sociedade.

A Segunda Guerra Mundial, fomentada pelos Estados totalitários na Europa, sendo também motivada pelos impactos da Grande Depressão, destruiu vários países europeus e o

Japão. Milhões de pessoas, entre civis e militares, foram assassinadas na guerra, tanto pelos regimes nazi-fascistas, quanto pelos atos de guerra em si, fomentados pelos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) quanto pelos Aliados (Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS).

A economia voltada para a guerra, entretanto, impulsionou, por meio da indústria bélica, o crescimento econômico e científico dos Estados Unidos, que saiu dela como a grande superpotência do mundo capitalista. A Conferência de Bretton Woods (1944) apontou, através de seus acordos, os mecanismos que regulariam a economia mundial. A transformação do dólar em principal moeda do sistema financeiro internacional demonstra a força dos EUA enquanto potência econômica, política e militar.

Os Acordos de Bretton Woods também possibilitaram a criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, com o objetivo de financiar a reconstrução dos países devastados pela Guerra, e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o propósito de reconstruir e estabilizar o sistema financeiro mundial. A criação do BIRD e do FMI, organismos multilaterais, que possuem grande influência dos Estados Unidos, mostra a força econômica, política e militar desse país no fim da Segunda Guerra Mundial, que tem a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, sediada em Washington (EUA), como seu marco.

A Guerra Fria iniciada entre as duas superpotências mundiais, EUA e URSS, desprovida de confronto militar direto entre elas, provocou conflitos diretos na Guerra das Coreias, na Guerra do Vietnã e na ocupação do Afeganistão. Embora não houve confronto direto, a corrida armamentista com a produção de armas nucleares estava a todo vapor. A Doutrina Truman, enunciada em março de 1947 pelo presidente estadunidense Harry Truman, tinha como objetivo combater a expansão do comunismo no mundo. Assim, a participação dos EUA nesses confrontos estava em acordo com a doutrina enunciada (Hobsbawm, 2015).

O lançamento do Plano Marshall, em junho de 1947, pelos Estados Unidos, com o propósito de financiar a reconstrução da Europa, aponta o caráter de controle econômico e ideológico dos EUA sobre os países europeus, em especial devido à proximidade física deles com a União Soviética. Além disso, a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, de caráter militar e antissoviético era, segundo Hobsbawm (2015), o complemento do Plano Marshall. Por outro lado, a União Soviética, em 1955, realizou o Pacto de Varsóvia. Este pressupunha uma aliança militar entre os países socialistas do leste europeu, que estabelecia ajuda mútua caso algum deles sofresse agressões militares. Dessa forma, a Europa se encontrava dividida, em consequência da Guerra Fria, sofrendo assim, influência das duas superpotências.

2.2 Superacumulação e Crise dos Anos 1970

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da Guerra Fria, os países europeus e o Japão estavam se reerguendo economicamente como poderiam. As duas superpotências mundiais, EUA e URSS, acirravam sua disputa armamentista e industrializante. A estabilização no cenário mundial, sem conflitos diretos, possibilitava a recuperação do mercado nos países que sofreram impactos e impulsionava o desenvolvimento dos demais.

O Estado de Bem-Estar Social, emergido no pós-Segunda Guerra Mundial, marca o início do *welfare state contemporâneo* (Fiori, 1997) ou o que Hobsbawm (2015) chama de *era do ouro* do capitalismo, período de crescimento econômico mundial e do estabelecimento de políticas sociais. O Plano Beveridge, britânico, que “criou um sistema nacional, universal e gratuito de assistência médica, financiado pelo orçamento fiscal” marca o novo paradigma da

história mundial, onde o Estado possui papel fundamental no desenvolvimento da sociedade (Andersen, 1991; Fiori, 1997; Mishra, 1990).

Fiori (1997) aponta quatro grandes pilares que viabilizou o sucesso do welfare state, a saber: I) fatores materiais ou econômicos: paradigma fordista; consenso sobre crescimento e pleno emprego; políticas keynesianas; II) ambiente econômico oriundo dos acordos de Bretton Woods, que geravam conciliação e estabilidade; III) clima de solidariedade nacional e supranacional gerada pela nova geopolítica; IV) constituição de democracias partidárias e de massas, com eleições gerais e representatividade de partidos e sindicatos.

No contexto de Guerra Fria, os países capitalistas foram forçados a realizarem políticas de bem-estar social, para tentar frear o avanço do socialismo no mundo. Destacamos a ascensão do regime socialista na China, em 1949, sob o Partido Comunista Chinês e a Revolução Cubana ocorrida em 1959 na América Central. Além disso, o desenvolvimento tecnológico alcançado pela Revolução Russa apresentava uma ameaça ao capitalismo e este respondia ao conduzir políticas estatais de bem-estar social.

O processo de superacumulação capitalista ocorrido até a chamada Crise dos Anos 1970 se constitui a partir das condições políticas, econômicas, sociais e militares estabelecidas ao longo do século XX. O desenvolvimento do capitalismo e de suas formas de produção, baseadas no fordismo, possibilitou uma produção em larga escala nunca antes ocorrida na história mundial.

Souza Filho e Gurgel (2016) apresentam quatro elementos primordiais na superação da Grande Depressão dos anos 1930, os quais são fundamentais no processo de superacumulação capitalista, a saber: I) o sistema fordista de produção; II) o modelo macroeconômico keynesiano; III) o Estado de Bem-Estar Social; IV) o modelo de controle social e administração burocrática. Esses quatro elementos possibilitaram um grande desenvolvimento do sistema de produção capitalista, impulsionado pelos EUA, que concorria diretamente com a União Soviética.

Ressaltamos que estes quatro elementos se desenvolveram em sua plenitude nos países capitalistas desenvolvidos. Nos países dependentes, esses fatores ocorreram de forma mais tímida ou não ocorreram. Destacamos a questão do estado de bem-estar social, no qual os países dependentes não gozaram este ambiente. Em muitos deles, como é o caso do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, ditaduras foram impostas com o objetivo de implementar as demandas do grande capital.

Há diferenças cruciais entre o *welfare state* dos países desenvolvidos e das políticas sociais implementadas nos países dependentes, especificamente nos países latino-americanos. Não adentrando no debate de que se ocorreu ou não um *welfare state* nos países dependentes, Fiori aponta algumas características específicas dos países dependentes.

De tal maneira que a discussão dos casos periféricos latino-americanos deve inevitavelmente deslocar-se para os matizes com que se combina em cada país o assistencialismo e as intervenções tópicas de tipo liberal com alguns sistemas universais de prestação de serviços de preservação ou mesmo complementação de renda. (Fiori, 1997, p. 137)

Mais à frente, especificamente sobre o caso brasileiro, Fiori considera que “os dois grandes surtos de expansão dos sistemas de proteção social ocorreram durante regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras” (Fiori, 1997, p. 140). Ele refere o

primeiro surto de expansão ao governo de Getúlio Vargas, onde os sistemas de proteção ocorreram de forma mais corporativa. Já o segundo, refere-se à ditadura civil-militar (1964-1985), onde sistemas universais foram implementados, porém com fortes características clientelistas.

Destaca-se que esses surtos ocorreram em períodos de avanço da industrialização brasileira e de grande crescimento da economia. O primeiro, no momento da implantação da indústria pesada no país. No segundo, o Brasil passou pelo milagre econômico, onde o PIB do país cresceu, em média, 11,2% entre os anos 1968 e 1973, de acordo com dados da Série Histórica do IBGE (IBGE, 2013). A ditadura do Estado Novo e a ditadura civil-militar, ao conduzir autoritariamente o país, possibilitou esse crescimento econômico, sob forte repressão aos trabalhadores organizados.

Podemos dizer, assim, que as condições de desenvolvimento econômico e social criadas nos países desenvolvidos não são as mesmas que existiram nos países dependentes, especialmente os latino-americanos. O welfare state ocorrido neles difere das condições existentes nas economias capitalistas dependentes que, apesar do crescimento econômico, não apresentou os pilares de solidariedade nacional e supranacional e nem democracias partidárias e de massas, como chama Fiori (1997).

Nesse contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, onde os EUA assumem a hegemonia política e econômica e tem-se uma celeridade no desenvolvimento tecnológico, baseado na indústria bélica devido a Guerra Fria, ocorre um movimento neoclássico na administração (Cunha & Gurgel, 2012). Neste momento, o ambiente passa a ser de suma importância para análise do concreto. Assim, há a importância de dominá-lo, isto é, realizar estratégias sofisticadas para entender o complexo mercado internacional, no qual os Estados Unidos passaram a ser o fornecedor mundial.

Esse movimento neoclássico, ocorrido logo após a Segunda Guerra e que durou cerca de 10 anos, foi necessário para responder às questões particulares dos EUA através do atendimento da demanda mundial, principalmente da Europa, que estava destruída. Internamente aos Estados Unidos, a política macarthista de intolerância e perseguição ao comunismo ou a quaisquer características que apontavam como sendo socialistas se estabelecia, inclusive características relativas a ERH (Cunha & Gurgel, 2012). Cunha e Gurgel (2012) assim definem o movimento neoclássico na administração:

O Movimento Neoclássico foi uma corrente administrativa que expressou o renascimento da Teoria Clássica, atualizada e adaptada aos problemas (e soluções) da época, porém tendo como centro da atenção a produtividade, tal qual em outros tempos de intensa demanda. A referência ao classicismo não decorre de outra coisa, senão do reconhecimento de que uma resposta gerencial semelhante, ainda que não igual, aqueles tempos primordiais da gestão, se tornara necessária. (Cunha & Gurgel, 2012, p. 172)

Perdurou, portanto, uma movimentação em direção às características presentes nos autores clássicos da administração, onde as questões de produtividade e controle dos trabalhadores, a fim de atender a demanda mundial, prevaleciam (Cunha & Gurgel, 2012). Essas ideias ocorriam em detrimento as características da ERH, onde por meio da chamada “administração por objetivos” (APO) o controle se dava sobre os resultados, através de contratos de desempenhos e cumprimento de metas pactuadas.

No âmbito das teorias organizacionais, neste momento, surge o Estruturalismo, a Teoria dos Sistemas e a Teoria Contingencial. Essas teorias possuem em comum o estudo sobre o

ambiente e as relações que ocorrem nele. O surgimento dessas teorias decorre da necessidade de compreensão do mundo naquele momento, das incertezas provenientes da nova ordem mundial pós-Segunda Guerra. Analisam, então, as estruturas e os ambientes onde as organizações se encontram, cada uma com suas características específicas.

Os anos de ouro do capitalismo, estabelecidos sobre os quatro elementos apontados por Gurgel e Souza (2016), permitiram a recuperação e o desenvolvimento do capitalismo mundial, baseados na recuperação do nível de empregos e, por conseguinte, na ampliação do consumo. Os altos índices do Produto Interno Bruto (PIB) dos países capitalistas demonstram o crescimento econômico ocorrido nesses anos, que permitiu o processo de superacumulação capitalista. A Tabela 1 apresenta as taxas médias anuais de crescimento do PIB dos países desenvolvidos, onde observamos taxas relativamente altas entre os anos 1950 e 1973.

Tabela 1:

Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período

Países	1913-1986			em %
	1913-1950	1950-1973	1973-1986	
EUA	2,8	3,9	2,5	
Grã-Bretanha	1,3	3	1,4	
Alemanha	1,3	6	1,9	
França	1,1	5,2	3,2	
Itália	1,4	5,6	2,3	

Fonte: Maddison (1989) apud F. Mattos (2005).

As condições apresentadas anteriormente possibilitaram a produção de bens de consumo durável em larga escala. A ampliação do nível de empregos, o aumento real dos salários, o acesso ao crédito, formaram uma grande massa consumidora. Os anos 1960 representaram, porém, indícios de esgotamento desse modelo de produção vigente. Os países da Europa Ocidental e o Japão já haviam se recuperado da Segunda Guerra. A pouca demanda de bens, haja vista a durabilidade dos produtos adquiridos e a não necessidade de obter outros novos com características semelhantes, provocaram uma saturação do mercado, que necessitava de exportar seus excedentes (Harvey, 2014).

Os Estados Unidos apresentaram problemas fiscais que elevavam a inflação, bem como a redução do crédito no país, dado que a solução encontrada foi a emissão de dólar. Esse processo culminou no fim do acordo de Bretton Woods, com a queda do padrão dólar-ouro, em 1971. O modelo keynesiano-fordista chegava ao seu fim. Harvey (2014) aponta o problema da rigidez como decorrente da nova configuração entre governo, grande capital e os trabalhadores. Ele afirma que “havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa” (Harvey, 2014, p.135), rigidez no mercado de trabalho e rigidez do Estado em relação aos direitos sociais adquiridos, como a seguridade social, por exemplo, decorrentes de greves e mobilizações.

Nos países dependentes, especialmente na América Latina, a competitividade também aumentara devido aos processos de industrialização e de substituição de importações. Destacase, no entanto, que o grau de bem-estar social alcançado nos países desenvolvidos difere destes últimos, refletindo nas relações de trabalho e, portanto, no grau de exploração dos trabalhadores. A esta incipiente crise do capitalismo soma-se o primeiro choque do petróleo,

onde em 1973 os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram consideravelmente o preço do barril de petróleo. Essa decisão impactou diretamente os Estados Unidos, contribuindo para a aceleração da inflação. Assim, a primeira metade da década de 1970 já apresentava e sofria os efeitos da crise do movimento de superacumulação capitalista.

Em Marx (2014), o processo de produção e circulação de valor constitui a totalidade do sistema capitalista de produção. A insuficiência de demanda, ao não realizar o processo de circulação da mercadoria, eleva os níveis de estoque da economia, impactando a produção. Quando não ocorre a compra de produtos, não se tem a utilização do mesmo e, por conseguinte, não há valor de uso. O aumento do desemprego devido a não-realização da mercadoria gera um empobrecimento relativo da população. Os grandes empresários, ao diminuïrem o capital variável do processo produtivo, isto é, a força de trabalho, em prol do aumento do capital constante, ou seja, dos meios de produção, gera desemprego, e este, por sua vez, impacta a renda das famílias (Marx, 2014). A diminuição do nível salarial provoca, *per si*, uma queda no poder de compra da população que, por conseguinte, influencia a quantidade de bens produzidos nas empresas.

A retração na economia produtiva induz aos capitalistas a realizarem transferências e aplicações no mercado de capitais, no setor improdutivo da economia, como forma de compensação da falta de lucratividade do setor produtivo, ou seja, da economia real, dado que esta última não possuía uma grande demanda pelos seus bens produzidos em grande quantidade. A contradição consiste, entretanto, na geração de valor. De acordo com Marx (2014), o valor é oriundo do trabalho, do capital variável, pois é este que gera a mais-valia. Assim, somente a reprodução ampliada do capital, por meio do excedente apropriado pelo capitalista, gera valor. O capital financeiro, por sua vez, não possui um reflexo produtivo na economia.

As teorias organizacionais também acompanharam o fim do modelo keynesiano-fordista e o neoliberalismo em ascensão. A emergência do toyotismo, da administração flexível (Toffler, 1985) e da teoria da qualidade incorpora as características da ideologia dominante, seja em relação a flexibilização das relações de trabalho e garantia de direitos, seja em relação ao processo produtivo e as inovações tecnológicas, que resultam em uma nova forma de acumulação do sistema de produção capitalista.

Marx (2014) abordou a necessidade do capitalismo de se reinventar através da produção de novas mercadorias para satisfação das necessidades do desejo das pessoas, sendo este produzido pelo capital. Schumpeter (1997) também descreve que o capitalismo necessita de inovações tecnológicas e que esta parte da iniciativa do produtor, que por meio da produção de novos produtos, alcança novos mercados.

A base técnica fordista em crise, onde a padronização e a produção em larga escala não conseguem escoar seus produtos, dá lugar a diversificação e a fabricação de pequenos lotes. No sistema de produção toytista, a lucratividade não provém da produção em massa, mas dos baixos custos de produção. A redução de desperdícios é essencial para a obtenção de lucro, dado que este “só pode ser obtido com a redução de custos” (Ohno, 1997, p. 30). Ohno (1997) descreve flexibilidade do processo produtivo, com a eliminação do depósito, isto é, do estoque, através do just-in-time, onde os recursos somente estarão disponíveis no momento de realização do produto. Para isso, deve haver uma cadeia logística eficiente, onde empresas terceirizadas fornecedoras entregam os insumos no tempo e com qualidade previamente determinados.

Esse sistema, chamado de *kanban*, contém “as seguintes informações: quantidade de produção, tempo, método, quantidade de transferência ou sequência, hora da transferência, destino, ponto de estocagem, equipamento de transferência, *container* e assim por diante” (Ohno, 1997, p. 47), eliminando, assim, todo o desperdício. Além disso, Ohno (1997) sinaliza a multifuncionalidade do trabalhador, que executa diversas tarefas ao longo do processo produtivo, utilizando o mínimo de trabalhadores possível, dado o alto grau de automação existente.

Decorrente da crise dos anos 1970, a forma flexível de produção se torna o novo padrão de acumulação capitalista, que Ohno afirma ser “mais adequado para os períodos de baixo crescimento” (Ohno, 1997, p. 108) em oposição ao sistema fordista de produção em larga escala. A respeito desse novo processo de desenvolvimento do capitalismo, Harvey afirma:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 2014, p. 140, grifo do autor).

Os países dependentes também passaram pela crise do modelo keynesiano-fordista. Os efeitos dessa crise ocorreram, na América Latina, ao longo dos anos 1980, com a chamada crise do endividamento externo. De acordo com Lessa (1998), no Brasil, durante os anos 1970, as grandes empresas estatais receberam financiamento externo para realizarem seus investimentos. Os chamados “petrodólares”, isto é, os dólares oriundos do aumento do preço do petróleo pelos países exportadores do óleo, passaram a financiar essas empresas. A grande liquidez internacional financiou, então, investimentos no Brasil, sob taxas de juros flutuantes.

A recessão, porém, ocorrida nos anos 1980, com queda do PIB, a hiperinflação, os empréstimos ao FMI e desequilíbrio nas contas externas, intensificou a crise fiscal brasileira. No México, a moratória da dívida pública em 1982, isto é, a suspensão dos pagamentos da dívida decretada pelo governo, expõe a crise que o país enfrentava. A solução aplicada pelos órgãos multilaterais que realizavam empréstimos aos países latino-americanos, como FMI e Banco Mundial, era a agenda neoliberal de austeridade fiscal, privatizações e abertura comercial, apontando o Estado como precursor da crise.

Assim como nos países desenvolvidos, a crise política, econômica e ideológica ocorreu também nas economias dependentes. O capitalismo necessitava de uma nova forma de acumulação. As contrarreformas de Estado foram a solução encontrada para superação da crise. A adoção do receituário neoliberal dos países desenvolvidos foi imposto aos países dependentes como forma de superação da crise existente.

3 Superexploração do trabalho e dependência

Os países da América Latina possuem importância fundamental no processo de surgimento e consolidação do capitalismo mundial, desde a expansão comercial do século XVI até o moderno complexo industrial existente. Marini (2011) parte da análise da teoria do valor para entender a inserção dos países latino-americanos no cenário internacional, compreendendo

a totalidade das relações sociais de produção e o desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*. No processo de expansão comercial do século XVI, a América Latina participou ativamente como fornecedora de metais preciosos, gêneros agrícolas e matérias-primas não disponíveis na Europa, contribuindo com o aumento do fluxo comercial e de meios de pagamentos. Essa estrutura permitiu a formação da grande indústria na Europa, por meio do desenvolvimento do capital comercial e bancário (Marini, 2011).

A Revolução Industrial e as independências políticas ocorridas no início do século XIX inseriu a América Latina na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Marini (2011) afirma que as relações comerciais deficitárias entre os países latino-americanos e os centros capitalistas europeus, principalmente a Inglaterra, potência industrial e comercial da época, determinou o desenvolvimento dependente.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2011, pp. 134-135).

A América Latina, ao disponibilizar grande quantidade de produtos agropecuários, permitiu a especialização da força de trabalho europeia em atividades industriais. Além da oferta de alimentos, os países latino-americanos passaram a ser fornecedores de matérias-primas industriais. Esse processo “permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (Marini, 2011, p. 137).

Para além da especialização produtiva, a questão da produção de valor é determinante na dinâmica de acumulação capitalista. Ao competir no comércio internacional com as economias imperialistas, a América Latina transfere parte do valor produzido por ela para os países centrais. A forma como os países latino-americanos compensam essa perda de valor não ocorre por meio do deslocamento do eixo de acumulação para a extração de mais-valia relativa, mas sim através da intensificação da extração de mais-valia absoluta, ou seja, da superexploração do trabalho (Marini, 2011).

A categoria central da análise da teoria marxista da dependência, de Marini (2011), é a superexploração do trabalho. O autor identifica três mecanismos que constituem o processo de exploração do trabalho, a saber: I) intensificação do trabalho; II) prolongação da jornada de trabalho; III) expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para reposição de sua força de trabalho. Os dois primeiros mecanismos obrigam o trabalhador a gastar mais força de trabalho do que o habitual. O terceiro, porém, remunera o trabalho abaixo de seu valor, correspondendo, assim, a uma superexploração do trabalho.

A inserção da América Latina no comércio mundial permite a extração de mais-valia relativa nos países centrais. Isso consiste em um aumento da produtividade do trabalho e uma consequente diminuição do preço das mercadorias. O barateamento das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho reduz o tempo de trabalho que o operário necessita para sua subsistência, incidindo, na diminuição do seu salário. Dessa forma ocorre a superexploração do trabalho nos países latino-americanos, por meio da desvalorização dos bens-salário e do aumento do tempo de trabalho excedente, onde se extrai a mais-valia (Marini, 2011).

A industrialização latino-americana ocorreu a partir da Crise de 1929. A Grande Depressão contribuiu para a mudança da base produtiva desses países, devido aos impactos sofridos pelas economias agrário-exportadoras. Nesse momento, há um excedente de força de trabalho oriundo da crise do setor agroexportador, pressionando quedas no nível salarial, que permitiu o desenvolvimento de uma indústria pesada, “dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular” (Marini, 2011, p. 164). Nesse período, afirma Marini (2011), a produção de manufaturas não determina o preço dos salários.

A partir de 1950, os países latino-americanos passam para uma fase de massificação do consumo de bens manufaturados. Esse novo padrão de produção e consumo das economias dependentes gerou dois movimentos, sendo “a ampliação do consumo das camadas médias [...] e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho” (Marini, 2011, p.165). Este último movimento necessita de novas tecnologias para aumentar sua capacidade produtiva. Ao recorrer às tecnologias estrangeiras para impulsionar o desenvolvimento industrial, os países latino-americanos realizam “a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimentos diretos na indústria” (Marini, 2011, p. 166). São esses empréstimos que causaram a crise da dívida externa dos anos 1980. Ressalta-se, porém, que as máquinas e equipamentos exportados para a periferia já estavam obsoletos. A relação de dependência tecnológica estava estabelecida: enquanto os países centrais garantiam o desenvolvimento e monopólio de novas tecnologias, os países dependentes importavam seus ultrapassados equipamentos (Marini, 2011). A crise dos anos 1970 impacta, também, o padrão de reprodução do capitalismo na América Latina. Sobre o padrão exportador de especialização produtiva, Osório afirma:

Começa a tomar forma a partir dos anos 1970-1980 e que se caracteriza pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como ‘toyotismo’, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (Osório, 2012, p. 85).

Esse padrão de acumulação capitalista se reproduz a partir das políticas neoliberais, de flexibilização da produção e, especialmente, da superexploração do trabalho nos países latino-americanos. A reprimarização da pauta exportadora destes passa a reger a lógica de transferência de valor das economias dependentes aos países centrais, principalmente através da produção de *commodities*.

4 Considerações Finais

As transformações tecnológicas permitiram um rápido desenvolvimento dos meios de produção no século XX, elevando a produtividade e, por conseguinte, produzindo em larga escala. O modelo keynesiano-fordista, associado às políticas de bem-estar social e ao aparato de controle social e burocrático, formaram a base do processo de superacumulação capitalista nos países centrais. A ideologia das teorias organizacionais, o desenvolvimento e aplicação de suas técnicas a fim de atingir o objetivo de elevação da produtividade do trabalho bem como de obter a cooperação dos trabalhadores, contribuiu efetivamente para o desenvolvimento sistema de produção capitalista. A especialização e a mecanização do processo produtivo ampliam a massa de bens produzidos e, por conseguinte, de lucro. Contudo, não destacam os aspectos negativos que impulsionam: superexploração e precarização do trabalho, além de dependência.

A participação do Estado foi fundamental para o sucesso dos anos de ouro do capitalismo. As políticas keynesianas de intervenção do Estado na economia, através do aumento dos gastos públicos, e as políticas sociais, retomaram o crescimento das economias centrais, superando a Grande Depressão e sustentando o processo de superacumulação capitalista.

Nos países dependentes, especialmente na América Latina, o processo de acumulação capitalista ocorre também por meio da superexploração do trabalho. O progresso tecnológico é atrasado em relação aos países centrais. A tese central do trabalho de Marini (2011) aponta que o desenvolvimento do capitalismo está vinculado diretamente as condições de inserção da América Latina no comércio internacional e que a superexploração do trabalhador constitui, fortemente, esta relação. A análise do processo de superacumulação capitalista mundial permite-nos afirmar as distintas formas entre os países centrais e dependentes. Nestes últimos, tratamos a superexploração do trabalho como elemento constitutivo do processo de superacumulação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, a dependência ocorre de maneira sistêmica, isto é, a estrutura do sistema capitalista já estabelece a relação de dependência entre os países.

No Brasil, a dinâmica de transferência de valor dos países dependentes aos países centrais ocorreu de forma mais acelerada em sua industrialização. Nessa fase de desenvolvimento, a dependência se aprofunda, pois o processo de substituição de importações adquire tecnologia já obsoleta dos países centrais. Além disso, a superexploração da força de trabalho constitui-se como parte do desenvolvimento do capitalismo no país. Essa base permitiu o crescimento econômico brasileiro, inserindo-o no processo de superacumulação que ocorria no mundo capitalista.

A crise dos anos 1970 nos países centrais e, a posteriori, nos países dependentes, inaugurou uma nova fase do capitalismo mundial. A acumulação flexível (Harvey, 2014), a administração flexível (Toffler, 1985), o toyotismo (Ohno, 1997), constituem o novo padrão de desenvolvimento e acumulação capitalista. A flexibilização das relações trabalhistas significa a precarização das condições de trabalho, garantindo a superexploração do trabalhador. A ideologia neoliberal predominou no último quartil do século XX. A flexibilização do processo produtivo e as contrarreformas de Estado são características dessa fase de acumulação capitalista. Esses processos aprofundam cada vez mais a desigualdade entre os países centrais e periféricos, acentuando as relações de dependência.

Referências Bibliográficas

- Cunha, R., & Gurgel, C. (2012). Movimento Neoclássico na Administração: um exemplo histórico. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 4, n° 1, 153-174.
- Esping-Andersen, G. (1991). As três economias políticas do welfare state. *Revista Lua Nova*, n°24, 85-116.
- Fayol, H. (1986). *Administração Industrial e Geral*. São Paulo: Atlas Editora.
- Fiori, J. (1997). Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *Revista Saúde Coletiva*, vol. 7, n°2, 129-147.
- Furtado, C. (2012). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Gurgel, C. (2003) A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Editora Cortez.
- Gurgel, C., & Rodriguez, M. (2014). Administração: Elementos Essenciais para a Gestão das Organizações. São Paulo: Editora Atlas.
- Harvey, D. (2014). Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola.
- Hobsbawm, E. (2015). Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (2009). Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- IBGE. (2013). Séries Históricas, Conjuntura Econômica. In J. Rego & R. Marques (Orgs.). Economia Brasileira. São Paulo: Editora Saraiva.
- Keynes, J. M. (1996). A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural.
- Lessa, C. (1998). A estratégia do desenvolvimento 1974 / 1976- sonho e fracasso. Campinas: Editora Unicamp.
- Marini, R. (2011). Dialética da Dependência. In J. Stedile & R. Traspadini (Orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2014). O capital: crítica da economia política: livro I , volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Mattos, F. (2005). A contribuição do emprego público na geração de postos de trabalho nos países desenvolvidos desde o pós-Guerra. Revista Análise Econômica. Porto Alegre, ano 23, nº 43, 115-139.
- Mishra, R. (1990). The welfare state in capitalist society: policies of retrenchment and maintenance in Europe, North America and Australia. University of Toronto Press, p. 135-145.
- Moraes Neto, B. R. de. (1986). Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. Revista Administração de Empresas. Rio de Janeiro, vol. 26. nº 4, out./dez.
- Ohno, T. (1997). O Sistema Toyota de produção. Porto Alegre: Bookman.
- Oliveira, F. (2003). Crítica à razão dualista – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo.
- Osorio, J. (2012). Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In C. Ferreira, J. Osorio & M. Luce (Orgs.). Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo.
- Schumpeter, J. (1997) Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Souza Filho, R., & Gurgel, C. (2016). Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Editora Cortez.
- Taylor, F. (1982). Princípios de Administração Científica. São Paulo: Atlas Editora.
- Toffler, A. (1985). A empresa flexível. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Weber, M. (1978). Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In E. Campos (Org.). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores.